

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

MCA 37-330

**PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS PARA O CURSO
DE INTRODUÇÃO À GESTÃO DA INOVAÇÃO -
CIGI**

2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL



ENSINO

MCA 37-330

**PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS PARA O CURSO
DE INTRODUÇÃO À GESTÃO DA INOVAÇÃO -
CIGI**

2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DCTA Nº 223/DCE, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

Protocolo COMAER nº 67700.019694/2024-18

Aprova a edição sobre o Plano de Unidades Didáticas para o Curso de Introdução à Gestão de Inovação (CIGI), no âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do Art. 10 do ROCA 20-4 "Regulamento do Departamento de Ciência de Tecnologia Aeroespacial", aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022; e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67700.018872/2024-93, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do MCA 37-330 “Plano de Unidades Didáticas para o Curso de Introdução à Gestão de Inovação (CIGI), no âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER)”, que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA Nº120/DCE, de 24 de agosto de 2022, publicada no BCA nº163, de 30 de agosto de 2022.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

(Publicado no BCA nº , de de 2024)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>PÚBLICO-ALVO</u>	9
1.3 <u>TOTAL DE ALUNOS</u>	9
1.4 <u>CARGA HORÁRIA REAL</u>	9
1.5 <u>DURAÇÃO EM DIAS ÚTEIS</u>	9
1.6 <u>ÂMBITO</u>	9
2 LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO	11
3.1 <u>ATIVIDADE ADMINISTRATIVA</u>	11
3.2 <u>COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO</u>	11
3.3 <u>FLEXIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO</u>	11
4 DETALHAMENTO DAS UNIDADES DIDÁTICAS	12
4.1 <u>DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL PARA O CURSO CIGI</u>	12
5 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS	18

PREFÁCIO

Esta publicação estabelece o Plano de Unidades Didáticas (PUD) do Curso de Introdução à Gestão de Inovação (CIGI), no Âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER).

Este PUD complementa o “Currículo Mínimo para o Curso de Introdução à Gestão de Inovação (CIGI), no âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER)” (ICA 37-919/2022) e contém a previsão de todas as atividades que os alunos realizarão para atingir os objetivos do Curso em que estão matriculados.

Contém dados relativos ao desenvolvimento das Unidades Didáticas que compõem as disciplinas do CIGI.

Destina-se, especificamente, aos docentes, discentes e aos envolvidos nas atividades administrativas do Curso acima mencionado.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Este manual tem por finalidade estabelecer o Plano de Unidades Didáticas (PUD) a ser adotado no Curso de Introdução à Gestão de Inovação (CIGI), no âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER).

1.2 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desta capacitação constitui-se de militares e civis que atuem diretamente com atividades de Gestão da Inovação em ICT do COMAER, ou que tenha interesse em atuar na área, bem como civis ou militares do Exército Brasileiro ou da Marinha do Brasil, ou ainda qualquer pessoa que tenha interesse em se capacitar na área.

Ter concluído o CIGI é pré-requisito para o CBGI.

1.3 TOTAL DE ALUNOS

AL TOTAL	35
----------	----

1.4 CARGA HORÁRIA REAL

CH REAL	27
---------	----

1.5 DURAÇÃO EM DIAS ÚTEIS

EAD	-
PRESENCIAL	05
TOTAL	05

1.6 ÂMBITO

Este manual se aplica ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

2 LISTA DE ABREVIATURAS

AE	- Aula Expositiva
Ac	- Acolhimento
AL	- Aluno
An	- Análise
Ap	- Aplicação
CBGI	- Curso Básico de Gestão da Inovação
Ce	- Cerimônia
CH	- Carga Horária
CJU	- Consultoria Jurídica da União
Cn	- Conhecimento
Cp	- Compreensão
CT&I	- Ciência, Tecnologia e Inovação
Ctc	- Crítica
EAD	- Ensino a Distância
ICT	- Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
Ot	- Orientação
Pal	- Palestra
SINAER	- Sistema de Inovação da Aeronáutica
TEC	- Técnica
Va	- Valorização

3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO**3.1 ATIVIDADE ADMINISTRATIVA**

ATIVIDADES	CH	TEC
Abertura do Curso	01	Ce/Ot
Crítica Final de Curso/Encerramento de Curso	01	Ce/Ctc
TOTAL	02	

3.2 COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO

ATIVIDADE	CH	TEC
Palestra	01	Pal
TOTAL	01	

3.3 FLEXIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO

ATIVIDADE	CH	TEC
À Disposição do Ensino	05	—
TOTAL	05	

NOTA: Todas as disciplinas ministradas e respectivos instrutores serão avaliados durante os tempos de aula, conforme consta no “Plano de Avaliação do Curso de Introdução à Gestão da Inovação (CIGI), no âmbito do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER)” (MCA 37-332).

4 DETALHAMENTO DAS UNIDADES DIDÁTICAS

4.1 DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL PARA O CURSO CIGI

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
DISCIPLINA 1: GESTÃO DA INOVAÇÃO			
CH INSTRUÇÃO: 06 TEMPOS		CH AVALIAÇÃO: 03 TEMPOS	CH TOTAL: 09 TEMPOS
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:			
a) identificar os principais conceitos relacionados à Gestão da Inovação (Cp);			
b) descrever a evolução da legislação brasileira e os principais incentivos governamentais à inovação (Cp);			
c) identificar os aspectos fundamentais da Gestão da Inovação (Cp); e			
d) apontar a importância da Gestão da Inovação (Ac).			
UNIDADES DIDÁTICAS			
UNIDADE 1.1: INTRODUÇÃO À GESTÃO DA INOVAÇÃO			CH: 06 TEMPOS
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE:			
a) descrever os conceitos de Gestão da Inovação (Cp);			
b) identificar a evolução da tecnologia e da inovação e seus fundamentos (Cp);			
c) identificar a evolução da legislação brasileira da inovação (Cp);			
d) descrever os principais incentivos econômicos a inovação no Brasil (Cn); e			
e) identificar o papel das ICT do SINAER no contexto da Tríplice Hélice (Cp).			
SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
1.1.1 Conceitos Básicos da Gestão da Inovação Tecnológica	a) descrever conceitos gerais e básicos da gestão da inovação tecnológica como transferência de tecnologia, ecossistema de inovação e tríplice hélice (Cp); e b) listar os principais modelos de inovação tecnológica (Cn).	04	AE

SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
1.1.2 Incentivos Governamentais à Inovação Tecnológica e o Histórico da Legislação Brasileira de Inovação	a) explicar a evolução da legislação brasileira da inovação (Cp); e b) descrever os principais incentivos econômicos à inovação no Brasil (Cn).	02	AE
RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS			
<p>O conteúdo será ministrado em aulas expositivas devendo estimular a reflexão acerca do conteúdo apresentado.</p> <p>O instrumento de avaliação da disciplina será prova teórica objetiva, em conjunto com as demais disciplinas. Um (01) tempo da carga horária de avaliação será utilizado para discussão da prova.</p>			
PERFIL DE RELACIONAMENTO			
Esta disciplina deverá ser ministrada na sequência apresentada no PUD.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS			
<p>BRASIL. Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.</p> <p>BRASIL. Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, DF, 2016.</p> <p>COLEÇÃO PROFNIT. FREY, I. A.; Tonholo, J.; Quintella, C. M. Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia. Salvador, Ba: EDIFBA - IFBA, 2019. 304 p. (V.1). Disponível em: http://www.profnit.org.br/pt/livros-profnit/. Acesso em: 22 fev. 2021.</p>			

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
DISCIPLINA 2: GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL			
CH INSTRUÇÃO: 18 TEMPOS		CH AVALIAÇÃO: 00*	CH TOTAL: 18 TEMPOS
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:			
a) descrever os conceitos básicos relacionados à Propriedade Intelectual (Cp);			
b) descrever os tipos de Proteção da Propriedade Intelectual (Cp);			
c) identificar os principais conceitos relacionados a busca de informação tecnológica no campo da Propriedade Intelectual (Cp);			
d) citar os conceitos básicos relacionados ao processo de Transferência de Tecnologia (Cn);			
e) identificar as formas e tipos de contratos de Transferência de Tecnologia (Cn);			
f) distinguir ações que impactam nos processos da Gestão de Portfólios de CT&I (Cp); e			
g) descrever os procedimentos para efetivação de Projetos de PD&I (Cp).			
UNIDADES DIDÁTICAS			
UNIDADE 2.1: PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL			CH: 07 TEMPOS
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE:			
a) identificar as características e divisões da Propriedade Intelectual (Cp);			
b) definir as características de cada tipo de Proteção de Propriedade Intelectual (Cp); e			
c) identificar as principais características e metodologias relacionados à busca de informação tecnológica no campo da Propriedade Intelectual (Cp).			
SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
2.1.1 Conceitos Básicos da Propriedade Intelectual	a) diferenciar direitos de autor, de propriedade industrial, de direitos <i>sui generis</i> e conceitos relacionados (Cp); e b) identificar as situações em que a proteção da propriedade intelectual pode ser aplicada (Cp).	01	AE

SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
2.1.2 Tipos de Proteção da Propriedade Intelectual	a) diferenciar os conceitos de proteção da propriedade intelectual por topografia de circuitos integrados, cultivados, direitos autorais, programa de computador, repressão à concorrência desleal, identificações geográficas, marcas e desenho industrial (Cp); b) enumerar o tipo de proteção de acordo com o tipo de tecnologia ou obra gerada (Cn); e c) identificar a importância da propriedade intelectual para as ICT no SINAER (Ac).	03	AE
2.1.3 Busca de Informações Tecnológicas	a) identificar os objetivos da busca de informação tecnológica no campo da Propriedade Intelectual (Cn); b) descrever a principal limitação da busca de informação tecnológica no campo da Propriedade Intelectual (Cp); c) descrever os principais campos do documento de patente para busca (Cp); d) descrever o roteiro para realização de busca de informação tecnológica no campo da Propriedade Intelectual (Cn); e e) enumerar as principais ferramentas para busca de informação tecnológica (Cn).	03	AE/EXE

UNIDADE 2.2: TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**CH: 06 TEMPOS****OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE:**

- a) identificar os conceitos básicos relacionados ao processo de Gestão de Portfólios de CT&I no SINAER; (Cp)
 b) citar os conceitos básicos relacionados ao processo de Transferência de Tecnologia (Cn); e
 c) identificar as formas e tipos de contratos de Transferência de Tecnologia (Cp).

SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
2.2.1 Conceitos básicos de Gestão de Portfólio de CT&I	a) apontar a aplicação da gestão de portfólios no processo de inovação (Cn); b) descrever exemplos de situações em que a gestão de portfólios pode ser aplicada (Cn); e c) descrever o processo de elaboração e manutenção da documentação técnica dos ativos de inovação (Cp).	02	AE

SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
2.2.2 Conceitos Básicos da Transferência de Tecnologia	a) identificar conceitos básicos da Transferência de Tecnologia (Cp); b) identificar a legislação do regime jurídico de CT&I aplicada à transferência de tecnologia (Cn); e c) descrever as modalidades de contratos de transferência de tecnologia (Cn).	04	AE

UNIDADE 2.3: PROJETOS DE CT&I		CH: 05 TEMPOS	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE:			
a) descrever os conceitos e critérios para efetivação de Projetos de CT&I (Cp); e b) definir os critérios e procedimentos para utilização de Fundação de Apoio em Projetos de CT&I (Cp).			
SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TEC
2.3.1 Aspectos Gerais de Elaboração de Projetos de CT&I utilizando a Lei de Inovação.	a) identificar as definições e os tipos de Projetos de CT&I (Cn); e b) descrever os critérios para definição de um Projeto de CT&I (Cn).	03	AE
2.3.2 Aspectos Gerais da utilização de Fundações de Apoio em Projetos de CT&I.	a) identificar os critérios para utilização de Fundação de Apoio em Projeto de CT&I (Cn); e b) definir as diretrizes do guia prático da Consultoria Jurídica da União - CJU (Cp).	02	AE
RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS			
<p>O conteúdo será ministrado em aulas expositivas intercaladas com trabalhos que podem ser realizados de forma individual ou em grupo, devendo estimular a reflexão acerca do conteúdo apresentado e execução de estudos de caso para aplicação dos conhecimentos.</p> <p>As aulas serão ministradas em ambiente de laboratório, com computadores conectados em rede para realização dos exercícios de busca e pesquisa fundamental para consolidar o processo de ensino e aprendizagem dos instruendos.</p> <p>O instrumento de avaliação da disciplina será prova teórica objetiva, em conjunto com as demais disciplinas. Um (01) tempo da carga horária de avaliação será utilizado para discussão da prova.</p>			
PERFIL DE RELACIONAMENTO			
Esta disciplina deverá ser ministrada na sequência apresentada no PUD.			

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos não previstos neste Manual serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DCTA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, DF, 2016.

COLEÇÃO PROFNIT. FREY, I. A.; TONHOLO, J.; QUINTELLA, C. M. **Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia.** Salvador, Ba: EDIFBA - IFBA, 2019. 304 p. (V.1). Disponível em: <http://www.profnit.org.br/pt/livros-profnit/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. NSCA 80-3 – **Prospecção em Ciência, Tecnologia e Inovação.** Norma Sistêmica do Comando da Aeronáutica. Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, DCTA, São José dos Campos, SP, 24 out. 2018.

ARAÚJO, E. F. *et al.* Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. Revista Brasileira de Zootecnia, v.39, p.1-10, 2010 (supl. especial), jul, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbz/v39sspe/01.pdf>. Acesso em 22 fev. 2021.

ÁVILA, J. P. C. Prefácio. In: JUNGSMANN, D. M.; BONETTI, Ester Aquemi. A Caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual; guia para o empresário. Brasília: IEL, 2010. Disponível em <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/7/a-caminho-da-inovacao-protecao-e-negocios-com-bens-de-propriedade-intelectual-guia-para-o-empresario/>. Acesso em 22 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 mai. 1996, p. 8353. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em 22 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 fev. 1998a, p. 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm >. Acesso em 22 fev. 2021.

DALL'AGNOL, R. P. *et al.* A Propriedade Intelectual nas Forças Armadas Brasileiras: um paralelo entre Marinha, Exército e Aeronáutica quanto aos depósitos de patentes e as políticas de criação dos NITs. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.22 n.2, p. 309 - 326. mai./ago. 2016. Disponível em <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/476>. Acesso em 22 fev. 2021.

INOVA UNICAMP. Importância da Propriedade Intelectual nas atividades de pesquisa e inovação. [Campinas, SP]: Agência de Inovação Inova Unicamp, 201-?. [online]. Disponível em: https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Importancia_da_Propriedad_e_Intelectual_nas_atividades_de_pesquisa_e_inovacao-artigo.pdf. Acesso em 22 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Curso Introdutório à Propriedade Intelectual [Salvador, BA]: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2005. [online]. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/castro/Patentes2.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2021.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. GUIA DE DEPÓSITOS DE PATENTES [Rio de Janeiro, INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2008. Disponível em: <https://issuu.com/portaiprotec/docs/guia_de_deposito_de_patentes>. Acesso em 19 jun. 2023

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. MANUAL PARA O DEPOSITANTE DE PATENTES [Brasília, DF]: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/arquivos-dirpa/ManualparaoDepositantedePatentes23setembro2015-versaoC_set_15.pdf>. Acesso em 22 fev. 2021.

PUHLMANN, A. C. A. Práticas para proteção de tecnologias: a função do Núcleo de Inovação Tecnológica. In: SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUFO, R. A. (Org.) Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas: Komedi, 2009. Cap. 5, p. 169-203.

VANIN, Carlos Eduardo. Propriedade Intelectual: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância. 2017. Disponível em: <<https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/407435408/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Rio de Janeiro: OCDE, EUROSTAT, FINEP, 1997 apud PUHLMANN, A. C. A. Práticas para proteção de tecnologias: a função do Núcleo De Inovação Tecnológica. In: SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUFO, R. A. (Org.) Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas: Komedi, 2009. Cap. 5, p. 169.

PROFNIT. **Propriedade intelectual** [Recurso eletrônico on-line] / organizadora Wagna Piler Carvalho dos Santos. – Salvador (BA): IFBA, 2018. 262 p. – (PROFNIT, Conceitos e aplicações de propriedade intelectual; V.1). ISBN: 978-85-67562-25-4. Disponível em: <<http://www.profnit.org.br/pt/livros-profnit/>>. Acesso em 22 fev. 2021.

PROFNIT. **Prospecção tecnológica** [Recurso eletrônico on-line] / organizadora Núbia Moura Ribeiro. – Salvador (BA): IFBA, 2018. 194 p. (PROFNIT, Prospecção tecnológica; V.1). ISBN: 978-85-67562-24-7. Disponível em: <<https://www.profnit.org.br/wp-content/uploads/2018/08/PROFNIT-Serie-Prospeccao-Tecnologica-Volume-1-1.pdf>>. Acesso em 30 out. 2023.

PROFNIT. **Prospecção tecnológica** [Recurso eletrônico on-line] / organizadora Núbia Moura Ribeiro. – Salvador (BA): IFBA, 2019. 130 p. (PROFNIT, Prospecção tecnológica; V.2). ISBN: 978-85-67562-38-4. Disponível em: <<https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PROFNIT-Serie-Prospeccao-Tecnologica-Volume-2.pdf>>. Acesso em 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023**. Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

BRASIL. **Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13 de março de 2012**. Dispõe sobre as fundações de apoio registradas e credenciadas para apoiar Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Gabinete do Ministro. DO, Brasília, DF, 14 mar.2012. p.2.

BRASIL. **Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Gabinete do Ministro. DO, Brasília, DF, 02 jan.2017. p. 25.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 42, de 24 de julho de 2017**. Prorroga o prazo dos credenciamentos vigentes de fundação de apoio para atuar perante instituições federais de ensino e pesquisa de 02 (dois) para 05 (cinco) anos, contados a partir da publicação do respectivo ato. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Brasília, DF, 2017.

RIBEIRO, M. T. F. R. Paulo Bastos Tigre - Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 479–785, 2006. DOI: 10.20396/rbi.v5i2.8648937.